

## **O papel das jornalistas negras na luta por reconhecimento e representatividade<sup>1</sup>**

## **The role of black women journalists in the struggle for recognition and representativeness**

*Louis Edoa<sup>2</sup>, Cilene Victor<sup>3</sup>*

---

1 Este texto corresponde a uma versão ampliada e revista de trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, no 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM), realizado de 4 a 9 de outubro de 2021.

2 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), bolsista do CNPq. Membro dos Grupos de Pesquisa em Jornalismo Humanitário e Medias Interventions (Humanizacom) e Semio Humanitas da Umesp. Autor do livro-reportagem *Dor no peito: o desastre da Vale em Brumadinho além do silêncio*. E-mail: louisnelma40@gmail.com.

3 Professora do Programa de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), onde coordena o grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Intervenções na Mídia. Professora da Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom) e da FGV LAW. Desenvolveu sua pesquisa de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC (UFABC). É doutora em Saúde Pública pela USP e mestre em Comunicação pela Umesp. E-mail: cilenevictor@gmail.com.

**Resumo**

O artigo discute o lugar da mulher negra no jornalismo, com base na presença digital das jornalistas negras Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro. Buscamos entender como o ativismo dessas profissionais no Instagram contribuiu para torná-las símbolo de representatividade e de luta, assim como delinear as dinâmicas de conflitos que a presença da mulher negra provoca nas diferentes esferas sociais e, sobretudo, no jornalismo. O referencial teórico contempla estudos nos campos da filosofia, com ênfase na teoria da luta por reconhecimento e alteridade, e do jornalismo, cruzando-os com a temática do racismo, da representatividade e questões identitárias. A pesquisa é guiada pela pergunta: como a atuação e o ativismo das três jornalistas podem culminar na luta por reconhecimento de meninas negras? Para isso, recorreremos a dois procedimentos metodológicos: a revisão bibliográfica nos campos de estudo e a análise de conteúdo, de base quantitativa, de postagens e comentários no Instagram das jornalistas, entre 17 e 30 de abril de 2021.

**Palavras-chave**

Jornalismo, mídia e luta por reconhecimento, alteridade e representatividade, racismo e questões identitárias, mídias sociais.

**Abstract**

The article discusses the place of black women in journalism, based on the digital presence of black journalists Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej and Joyce Ribeiro. We seek to understand how the activism of these professionals on Instagram contributed to making them a symbol of representation and struggle, as well as delineating the dynamics of conflicts that the presence of black women causes in different social spheres and especially in journalism. The theoretical framework includes studies in the fields of philosophy, with emphasis on the theory of the struggle for recognition and otherness, and journalism, intersecting them with the theme of racism, representation and identity issues. The research is guided by the question: How can the performance and activism of the three journalists culminate in the struggle for recognition of black girls? For this, we used two methodological procedures, the bibliographic review in the fields of study

and the content analysis, on a quantitative basis, of posts and comments on Instagram by journalists, between April 17 and 30, 2021.

### Keywords

Journalism, media and struggle for recognition, alterity and representativeness, racism and identity issues, social media.

Nos últimos anos, os conceitos de representatividade e reconhecimento têm sido estudados em diversas áreas do conhecimento. Vários trabalhos, artigos e ações são produzidas com intuito de apontar caminhos para a garantia dos direitos das minorias. Um exemplo é o projeto "O futuro"<sup>4</sup>, da jornalista Maria Júlia Coutinho, lançado recentemente com o propósito de valorizar, promover e fortalecer a representatividade de jovens negras. A iniciativa da âncora do *Jornal Hoje* no seu Instagram consiste no compartilhamento de fotos e vídeos de meninas negras que a têm como inspiração e influxo da presença da mulher negra no jornalismo.

Aline Midlej<sup>5</sup>, da Globonews, e Joyce Ribeiro<sup>6</sup>, da TV Cultura, também estão à frente de ações com semelhante propósito: marcar presença na luta por reconhecimento e representatividade da mulher negra no jornalismo.

O objetivo deste artigo é investigar como a atuação de jornalistas negras nas redes sociais, especificamente o Instagram de Maju, Aline e Joyce, no âmbito do seu envolvimento com a causa, simboliza os esforços para garantir a representatividade e o reconhecimento da jornalista negra na imprensa brasileira. O referencial teórico compreende as teorias de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003; MAIA, 2018), alteridade e reconhecimento (JODELET, 1998; LÉVINAS, 2020), jornalismo e questões identitárias (SANTOS, 2018; TEMER; MORAIS, 2018).

---

4 Disponível em: <https://bit.ly/3gtgTo1>. Acesso em: 21 nov. 2022.

5 Disponível em: <https://bit.ly/3V1Kdkx>. Acesso em: 21 nov. 2022.

6 Disponível em: <https://bit.ly/3Xn1fv4>. Acesso em: 21 nov. 2022.

A pesquisa é guiada pela pergunta: como a atuação e o ativismo das jornalistas Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro podem culminar na luta por reconhecimento das meninas negras? Para isso, recorreremos a dois procedimentos metodológicos: 1) revisão de literatura nos campos da filosofia e política social, com ênfase nos conceitos de reconhecimento, representação e alteridade e do jornalismo, com foco nas conexões com as questões identitárias; e 2) análise de conteúdo das postagens no Instagram das três jornalistas, entre 17 e 30 de abril de 2021, sob a luz dos conceitos previamente definidos.

### **Bases teóricas do reconhecimento e da representatividade**

A teoria do reconhecimento foi desenvolvida por Axel Honneth, influenciado pelos teóricos críticos da Escola de Frankfurt, mas com os quais ele manteve certo distanciamento, como afirma Maia (2018, p. 41): “ao desenvolver a sua teoria do reconhecimento, Honneth assume um percurso que, em certa medida, se aproxima e se distancia do programa empreendido pela primeira geração da Escola de Frankfurt”. Olhando para as contribuições de Adorno e Horkheimer, bem como para Habermas, Honneth traz uma proposta que desafia as ideias materialistas de Frankfurt na elaboração da teoria crítica.

Honneth “assume a perspectiva marxista da luta de classes e a experiência de subordinação à dominação para criticar Habermas” (MAIA, 2018, p. 41), questiona as bases ideológicas da indústria cultural e a ideia de sociedade apresentada. Esta faz dos indivíduos sujeitos não pensantes e desprovidos de vontade. Ele pensa que “a reprodução e a integração da sociedade estão intrinsecamente ligadas a um ‘conflito cultural em curso’, que é interpretado em termos de uma permanente luta por reconhecimento” (MAIA, 2018, p. 41).

Honneth constrói as bases da teoria do reconhecimento das ideias filosóficas de Hegel. Fundamentado nas premissas da intersubjetividade, ele “propõe que o processo de formação da subjetividade e da socialização é profundamente intersubjetivo e marcado por vulnerabilidade” (MAIA, 2018, p. 43), ou seja, a constituição do sujeito social está ligada às três esferas de relações intersubjetivas (amor, direito e estima social) que correspondem à classificação construída por Hegel (família, Estado e sociedade civil).

Segundo Hegel, no entendimento de Honneth, o resultado de uma luta por reconhecimento é uma pressão dentro da sociedade para o estabelecimento de instituições que garantem a liberdade dos indivíduos (HONNETH, 2003, p. 29). Essa pressão é a “pretensão dos indivíduos ao reconhecimento intersubjetivo de sua identidade, inerente à vida social desde o começo na qualidade de uma tensão moral que volta a impelir para além da respectiva medida institucionalizada de progresso social” (HONNETH, 2003, p. 29). Dessa concepção de Hegel, Honneth identifica a divisão das esferas de reconhecimento do sujeito, que é um processo de formação individual que alcança seu final na esfera universal que não é superior aos sujeitos. “A esfera do ‘ser-reconhecido’ se forma pela via de uma acumulação dos resultados de todos os processos de formação individual tomados conjuntamente e por sua vez é mantida em vida somente pela nova constituição dos indivíduos em pessoas de direito” (HONNETH, 2003, p. 95).

Assim, “se a ideia de uma ‘luta por reconhecimento’ tem de ser entendida como um quadro interpretativo crítico de processos de evolução, então é preciso, para concluir, uma justificativa teórica do ponto de vista normativo pelo qual ela deve deixar-se guiar” (HONNETH, 2003, p. 269). Honneth entende que, para falar e sustentar a ideia de luta por reconhecimento, é preciso fazer o trajeto histórico das lutas sociais, desde as lutas de classes, realizar suas classificações e, assim, chegar à avaliação dos fatos particulares inerentes a cada luta.

O projeto de entendimento da luta por reconhecimento proposto por Honneth traz as bases teóricas necessárias e a consistência interna em relação ao índice de casos empíricos relacionados à teoria crítica. Ele apresenta três formas de reconhecimento que têm, cada uma em seu campo de influência, um entendimento essencial para essa luta. A luta por reconhecimento é então uma construção a partir do amor, que, para Honneth, é sempre interessado. “O reconhecimento que os indivíduos trazem reciprocamente para este tipo de relação é o cuidado pelo bem-estar do outro à luz de suas necessidades individuais” (HONNETH, 2003, p. 139). Essa relação de reconhecimento baseada no amor é a primeira esfera de reconhecimento ou esfera primária (HONNETH, 2003), e se revela num domínio de experiências incompletas. Isso pelo fato de que a relação amorosa é estabelecida em ambiente onde não há,

em princípio, conflito. Supõe-se um conhecimento mútuo, anterior a qualquer conflito entre os membros, que inibe o estado de natureza e a vida social.

Honneth vê nas três esferas a possibilidade de promover desenvolvimentos e progressos na realidade da vida social do ser humano pela luta por reconhecimento. No entanto, um ponto cria certa preocupação: se “os sujeitos precisam encontrar reconhecimento numa sociedade moderna como seres tanto autônomos quanto individualizados” (HONNETH 2003, p. 269), então o reconhecimento traz certo individualismo, pois os sujeitos sempre entram em conflitos intersubjetivos, cujo resultado é o reconhecimento de sua pretensão de autonomia.

Lévinas, diante do reconhecimento, intui que ele não pode ser construído na reciprocidade entre os sujeitos. Isso pelo fato de que o conflito exprime uma alteridade infeliz, que desviou seu objetivo e não manifesta a verdadeira alteridade, mas, antes, destrói a identidade. A alteridade pressupõe preocupação pelo outro em primeiro lugar e é base para o reconhecimento. Identificação é alienação, deturpação da relação. E qualquer que seja a relação com o outro, ela inaugura sempre um caminho sem retorno. À medida que o ser humano se abre para o outro e busca assumir uma atitude de acolhida, a existência se transforma cada vez mais em vida. Por isso:

Abordar Outrem no discurso é acolher a sua expressão onde ele ultrapassa em cada instante a ideia de que dele tiraria um pensamento. É, pois, receber de Outrem para além da capacidade do Eu: o que significa exatamente: ter ideia do infinito. Mas isso também significa ser ensinado. A relação com Outrem ou o Discurso é uma relação não alérgica, uma relação ética, mas um discurso acolhido é um ensinamento. (LÉVINAS, 2020, p. 38)

A alteridade é um desafio ao assumir uma atitude de abertura diante do outro. Trata-se de pôr-se em movimento: de escuta e acolhida para estabelecer verdadeiras relações humanas. Nesse estar em movimento de abertura e acolhida, não se pode esquecer que a alteridade humana é “pensada, não a partir da alteridade puramente formal ou lógica, em que a sincronia dos termos permitiria que cada um fosse o *outro* do *outro*, mas a partir de uma não-coincidência e de uma inadequação ‘dada’ na dia-cronia do tempo”

(MARCOS, 2011, p. 82). Trata-se de iniciar uma relação fora da totalidade, pois ela se esgota na presença do outro.

As relações de alteridade, quando bem realizadas, “fazem do ‘outro-semelhante’ o mediador da identidade, da representação e do [re]7-conhecimento, no que ele completa, reflete e dá sentido ao que o sujeito ressentido” (JODELET, 1998, p. 54). O reconhecimento construído, tirando o “eu” da posição dominante, leva à procura de uma individuação que acentua os processos de diferenciação social, sem induzir a alteridade (JODELET, 1998).

O reconhecimento é, antes de tudo, hospitalidade e acolhimento, em busca dos quais “o sujeito remete ao ‘outro-semelhante, que lhe é exterior, uma parte do que reside nele próprio, através de uma ‘operação metafórica’ de ‘transferência’, que consiste ‘em atribuir ao outro algo que dê sentido ao que é ressentido e percebido’” (JODELET, 1998, p. 54). Esse ato de transferência é como uma arma perigosa que pode ser utilizada para oprimir o outro.

O reconhecimento aparece quando a relação reflexiva é interiorizada e permite chegar à representação. Essa relação, no entanto, não conduz ainda à alteridade, como entende Lévinas. Isso pelo fato de que essa interiorização acontece no psiquismo onde reside a subjetividade do sujeito; assim, ainda pode conhecer alterações ou ser corrompida. “Essa perspectiva, contudo, faz surgir a necessidade de referir a relação com o próximo ou com o outro a uma totalidade mais ampla, contexto plural e lugar potencial de conflitos e disputas, do qual pode decorrer a definição de uma alteridade” (JODELET, 1998, p. 55). Essa relação tem seu lugar no espaço social onde, segundo Honneth, deve acontecer o reconhecimento pela estima do sujeito.

A representação, entendida na concepção dos estudos de Hall (2016), é definida a partir da investigação sobre a forma como se constrói o significado. Ao questionar a centralidade da cultura, Hall (1997) atribui efeitos reais aos significados culturais e pensa que orientam práticas sociais. O reconhecimento do significado é parte da nossa identidade, que se manifesta da sensação de pertencimento. A representação assume centralidade a partir do momento em que seu significado se encontra no fato de

---

7 Acrescentado por nós para expressar a dupla ação de conhecer e reconhecer o outro pela alteridade.

“usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre, ou para representar de maneira significativa o mundo a outras pessoas” (2002, p. 2), além de ter implicações sobre as identidades e o reconhecimento, por traduzir a forma como fomos representados e como tal representação afeta a forma como podemos representar.

A representação, diferentemente da representatividade entendida no sentido de movimentos sociais, também permite a construção das identidades sociais que, segundo Hall (2016), acontece por meio da cultura. Essa mesma construção é um processo de identificação que permite posicionamento no interior das definições vindas do discurso cultural. A representatividade, por sua vez, se dá por características percebidas em comum em grupos e que podem tocar elementos como cor da pele, etnia e raça.

### **Representatividade negra no jornalismo brasileiro**

Jodelet (1998, p. 58) apresenta o racismo como “um ‘fenômeno total’, evocando o ‘fato social total’ de Mauss – na medida em que ele se inscreve ao mesmo tempo nas práticas e discursos, supõe representações, uma teorização e uma organização dos afetos”. Avaliado sob o prisma da alteridade, o racismo coloca em xeque as relações com o outro, a pertença social e abre caminho para uma alteridade radical que só considera o semelhante (JODELET, 1998). Tal aplicação da alteridade não passa de uma totalidade por transformar o outro à identidade do eu.

As construções do racismo giram em torno das marcas da diferença e, por vezes, parece reforçar a ideia da purificação do corpo social (JODELET, 1998). Por isso, “no quadro das práticas figuram as diferentes formas de violência, desprezo, intolerância, humilhação, exclusão; os discursos veiculam representações e teorias” (JODELET, 1998, p. 58), e buscam a proteção da identidade diante do risco da mestiçagem. Essas atitudes, apresentadas por Jodelet, fazem parte do cotidiano de pessoas negras e estão presentes no meio jornalístico. Como exemplo, podemos citar o episódio em que a jornalista Maju Coutinho é vítima de preconceito racial<sup>8</sup>.

---

8 Maju Coutinho vai entrar na Justiça contra empresário após ser vítima de racismo. Disponível em: <https://bit.ly/3AFCxw3>. Acesso em: 21 nov. 2022.

“Essas construções, [...], traduzem-se em formas de relação social marcadas seja pela exclusão – que pode ir até o extermínio numa perspectiva de proteção contra a conspurcação; de purificação – seja pela opressão, a exploração, numa perspectiva de inserção hierarquizada e compartimentação” (JODELET, 1998, p. 59), ou então pode seguir numa estrada contrária e buscar meios para lutar contra o racismo fomentando ações, como no caso da *Folha de S.Paulo*, que desejou trazer nas suas redações a diversidade e organizou um programa de treinamento em jornalismo diário destinado a profissionais negros<sup>9</sup>. De qualquer forma, a necessidade de ações como essa da *Folha* é uma prova de que a diversidade ainda não é natural no jornalismo brasileiro, em que negros permanecem sub-representados. Por isso é importante reforçar o papel das representações nessa luta:

O papel das representações provém também do aparecimento de uma nova forma de ‘racismo sem raça’, ligado aos deslocamentos de populações e ao fenômeno migratório. Esse ‘racismo diferencialista’ (Taguieff, 1986) se organiza em torno do tema da irreduzibilidade das diferenças culturais; em substituição à hereditariedade biológica, a cultura se encontra, assim, naturalizada, na medida em que fecha os indivíduos e os grupos numa determinação genealógica. (JODELET, 1998, p. 59)

A alteridade que surge nesse caso é uma exclusão, por ser radical e instituída pelo racismo e em que representações e reconhecimento são associados ao mesmo (o eu).

O jornalismo tradicional brasileiro carece de diversidade<sup>10</sup>, e isso não se limita somente aos grandes conglomerados midiáticos. No Brasil, a pessoa negra, sobretudo a mulher, enfrenta desde sempre:

Um “racismo auto-referencial”, cujos termos estabelecem a superioridade hierárquica do racista – que é frequentemente detentor de poder [...] e um “racismo hétero-referencial” ou “héterofóbico”, que imputa às características da vítima a alocação num lugar inferior e maléfico. (JODELET, 1998, p. 59)

9 Folha lança programa de treinamento destinado a profissionais negros. Disponível em: <https://bit.ly/3TYFIWO>. Acesso em: 21 nov. 2022..

10 Segundo dados do levantamento do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (Iesp-Uerj). Disponível em: <https://bit.ly/3AEFw7Y>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Uma análise das grandes produtoras de conteúdos e seus respectivos produtores/redatores apresenta um problema que vem sendo levantado pela academia: a sub-representação dos negros no jornalismo. Um projeto do Laboratório de Mídia e Esfera Pública de 2014: Manchetômetro, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (IESP-UERJ), observou a produção de notícias nos acontecimentos cotidianos e os perfis de gênero, cor e raça dos produtores de conteúdo dos principais jornais impressos do Brasil (*O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*). O resultado apontou que o gênero masculino é o predominante, com mais de 70% do total de colunistas nos três jornais. Quando se olha a cor e raça, os colunistas brancos (sem discriminação de gênero) representam mais de 90% nos três impressos, a taxa sendo de quase 99% para o Estadão. Esses dados representam a real situação da desigual diversidade no jornalismo brasileiro.

Quando se busca a presença dos negros entre os formadores de opinião, por veículo, na *Folha*, somente 4% dos colunistas são negros; no jornal *O Globo*, quase 10% e, no estadão, menos de 2%, segundo o mesmo estudo. Esses dados nos lembram que questões históricas têm grande influência na vida de pessoas negras e que a dificuldade de inserção social e o preconceito são sempre obstáculos. Por isso, “se analisarmos as condições a que os negros foram submetidos [...], verificamos que muitos ainda vivem em situações análogas de descaso. Violência, alto índice de analfabetismo, maior população carcerária e baixos salários” (GALDINO, 2018, p. 38), fatos que refletem um passado dolorido.

Sete anos depois do estudo do Laboratório de Mídia e Esfera Pública de 2014: Manchetômetro, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (IESP-UERJ), O Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa da Universidade Estadual de Rio de Janeiro (GEMAA IESP-UERJ) publicou o estudo *Jornalismo brasileiro: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país*, em 2021, com o objetivo de ampliar a análise sobre o perfil profissional dos jornalistas que escrevem nos três maiores veículos impressos do país: *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de São Paulo*. O estudo demonstrou que, a partir da análise de gênero e raça de quem escreve nos principais jornais do Brasil, há predominância de pessoas

brancas e do gênero masculino, dados que confirma o estudo da IESP-UERJ e mostram que, cinco anos depois, as coisas não mudaram. Segundo o estudo, ainda:

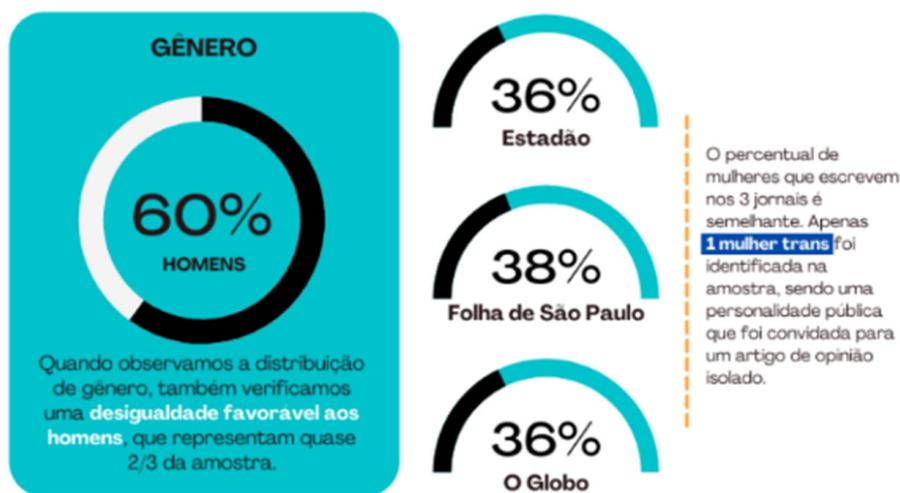
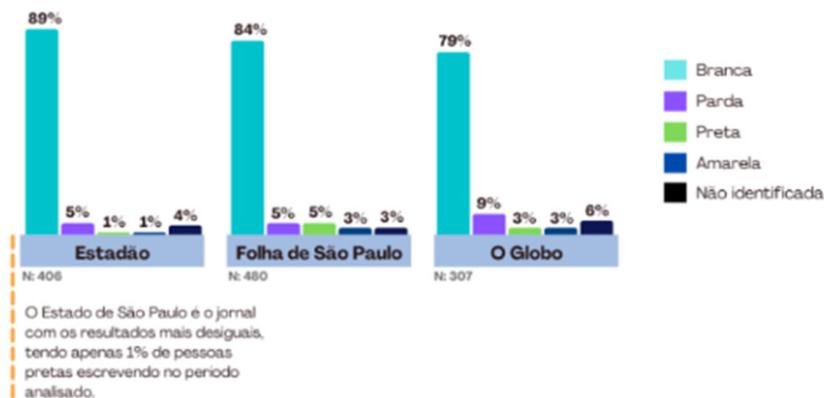
Quando se trata da produção de notícias e circulação da informação, a discussão sobre a desigualdades ultrapassa a questão da justa proporcionalidade e assume um lugar de consolidação da visão de um grupo dominante e invisibilização de vozes diversas acerca de problemas sociais e políticos do país. (GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA, 2021)

Segundo os resultados, o cenário da mídia brasileira se mantém priorizando um olhar sobre o mundo privilegiado e pouco condizente com a realidade do país. As Figuras 1 e 2a e 2b ajudam a observar a realidade do jornalismo brasileiro:



Figura 1: Pesquisa sobre raça e gênero de quem escreve nos jornais do país

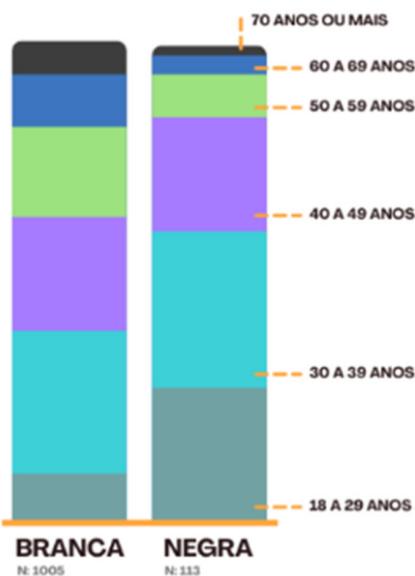
Fonte: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (2021).



**Menos espaço para profissionais negras e negros acima de 50 anos**

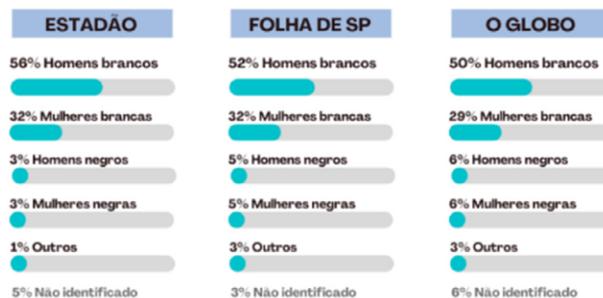
Apesar da maior parte da amostra ser composta por pessoas entre 30 e 39 anos, quando desagregamos a análise por raça, vemos que, entre pessoas brancas, 36% estão acima dos 50 anos. Já entre pessoas negras esse percentual é de 15%.

Observamos uma discrepância semelhante quando comparamos as faixas etárias de homens e mulheres. Enquanto 40% dos homens da amostra têm acima de 50 anos, apenas 23% das mulheres estão na mesma faixa de idade.



Figuras 2a e 2b: Dados compilados da pesquisa sobre raça e gênero de quem escreve nos jornais do país

Por fim, quando analisamos o perfil de raça e gênero conjuntamente, vemos que os três veículos apresentam uma divisão quase idêntica: **redações dominadas por homens brancos**, seguidos por mulheres brancas e, em proporções bem menores, homens e mulheres negras.



**gema**  
Grupo de Estudos Multidisciplinares  
da Ação Afirmativa

**Autoria:**  
Poema Portela  
João Feres Júnior

**Codificação:**  
Fernanda Gonçalves  
Izabele Sá  
Jefferson B. de Freitas  
Juliana Flor  
Louise de Lima  
Poema Portela

**Coordenação:**  
João Feres Júnior  
Luiz Augusto Campos

**Apoio:**  
IBIRAPITANGA

**Parceria:**  
Rede de  
Jornalistas pela  
Diversidade na  
Comunicação

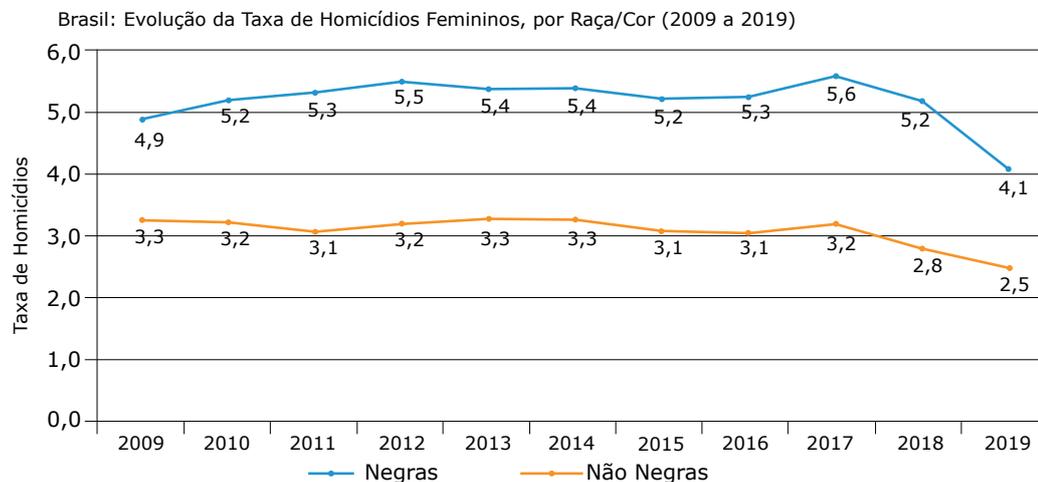
[gema.iesp.uerj.br](http://gema.iesp.uerj.br)

Figuras 2a e 2b: Dados compilados da pesquisa sobre raça e gênero de quem escreve nos jornais do país

Fonte: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (2021).

Se a luta do negro no Brasil é penosa, o caso da mulher negra é ainda mais dramático. Ser mulher e negra no Brasil é sofrer duplamente, pois “o racismo e sexismo funcionam como operadores simbólicos da forma como as mulheres negras são retratadas no país” (GALDINO, 2018, p. 40). Por mais que algumas lutem para conquistar alguns direitos, elas continuam sendo vítimas do alto índice de violência e menor prestígio social. Dados do Atlas da violência 2021 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, em 2019, 66% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras (CERQUEIRA; FERREIRA; BUENO, 2021). Em termos relativos, enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 2,5, a mesma taxa para as mulheres negras foi de 4,1. Isso quer dizer que o risco relativo de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vez maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morre 1,7 mulher negra (Gráfico 1).

Gráfico 1: Taxa de homicídios de mulheres, por raça/cor (2009-2019)



Fonte: Ipea, 2021.

Olhando para o Gráfico 1, em 2009, a taxa de mortalidade entre mulheres negras era de 4,9 por 100 mil, enquanto entre não negras a taxa era de 3,3 por 100 mil. Pouco mais de uma década depois, em 2019, a taxa de mortalidade de mulheres negras caiu para 4,1 por 100 mil, redução de 15,7%; e entre não negras, para 2,5 por 100 mil, redução de 24,5%. Se considerarmos a diferença entre as duas taxas constataremos que, em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras e, onze anos depois, a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior à de não negras. Tais dados nos fazem perceber que falar de igualdade e diversidade de gênero é inevitável pois,

O conceito de gênero caracteriza uma diferenciação [...] e a divisão sexual do trabalho é histórica e por isso tornou-se estrutural; a destinação prioritária aos homens das atividades na esfera pública (atividades ou ocupações produtivas com fortes valores sociais agregados, como comércio, indústria, empreendimentos, e na política) e às mulheres na esfera privada (atividades ou ocupações associadas a cuidados e afazeres domésticos) tem sido recorrente na história social. Essa divisão gera hierarquia entre os gêneros, criando obstáculos para a mulher superar. (GALDINO, 2018, p. 42)

Esse fato está presente também no meio jornalístico. O estudo da Iesp-Uerj mostrou que a *Folha*, por exemplo, não possui nenhuma colunista

negra e que elas representam apenas 4% do total de colunistas do jornal *O Globo* e 1% do *Estado*.

A inconformidade, diante de tais fatos, tem levado várias jornalistas negras a serem protagonistas de ações em redes sociais que estimulam outras jovens negras a enxergar, nessa profissão, uma possível porta para elas. Aqui analisaremos as ações das jornalistas Maria Júlia Coutinho, Joyce Ribeiro e Aline Midlej em meio a outras poucas, como Zileide Silva, Adriana Couto e Glória Maria, que foi a primeira jornalista negra repórter a marcar presença na televisão nos anos 1970<sup>11</sup> (MEMÓRIA GLOBO, 2016).

### **Análise de conteúdo**

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações (BARDIN, 2020), assim sendo, destaca-se neste campo a importância da semântica para o desenvolvimento do método. Entenda-se por semântica o estudo do sentido de um texto e, para esse estudo, é imprescindível que se delimitem os campos dos métodos de análise de conteúdo (FRANCO, 1998), podendo ir do domínio linguístico à hermenêutica, que formam as fronteiras que balizam o método de análise de conteúdo.

Nesse sentido, se escolhermos o domínio da linguística tradicional, a análise de conteúdo realizada deverá abarcar os métodos lógicos estéticos, em que se buscam os aspectos formais típicos do autor ou texto. Aqui, na linguística moderna, o estudo dos efeitos do sentido, da retórica (estilo formal), da língua e da palavra, invariavelmente, evolui para a "análise de discurso". Do outro lado, se preferir a fronteira da hermenêutica, os métodos são puramente semânticos e buscam as conotações que formam o campo semântico de um enunciado.

De qualquer forma, independentemente do tipo de análise escolhido, é importante lembrar que o conteúdo de uma comunicação é sempre rico e apresenta uma visão polissêmica e valiosa que, quando bem explorada, oferece ao pesquisador uma variedade de interpretações. No entanto, o problema de cada comunicação sempre se encontra na abordagem dos conteúdos, na maneira como eles são

---

11 Disponível em: <http://glo.bo/3tVHptf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

visualizados objetivamente. Isso dito, a técnica, para a nossa análise, prevê três fases fundamentais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

### *Pré-análise*

A pré-análise organiza os procedimentos de trabalho, promovendo um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles e a “elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material” (GODOY, 1995, p. 24). Ela se divide em três etapas: leitura flutuante, escolha dos documentos; e formulação dos objetivos. Nossa leitura flutuante do material permitiu a escolha de postagens para compor o corpus da análise: postagens das três jornalistas no Instagram. Ao todo, escolhemos 19 postagens: sete da Maju, seis da Aline e seis da Joyce, entre 17 e 30 de abril de 2021.

Dentre elas, temos seis vídeos, sendo, respectivamente, um da Joyce, dois da Aline e três da Maju. Os objetivos da análise realizada foram: identificar elementos de luta por reconhecimento e desenvolver uma reflexão sobre o protagonismo das jornalistas e a inspiração que se tornaram para meninas negras.

### *Exploração do material*

Visando a elaboração dos indicadores, organizamos aspectos e elementos encontrados nas postagens que traziam alguma relação com os objetivos da análise, registrando em quais postagem cada característica foi encontrada e verificada. Para localizar melhor no trabalho, optamos por codificar as postagens seguindo uma lógica própria e de acordo com a ordem cronológica de publicação, chegando à seguinte correspondência:

Maju Coutinho		Aline Midlej		Joyce Ribeiro	
Código da postagem	Data	Código da postagem	Data	Código da postagem	Data
Maju1	18/04/2021	Aline1	19/04/2021	Joyce1	19/04/2021
Maju2	18/04/2021	Aline2	20/04/2021	Joyce2	25/04/2021
Maju3	22/04/2021	Aline3	22/04/2021	Joyce3	27/04/2021
Maju4	30/04/2021	Aline4	23/04/2021	Joyce4	29/04/2021
Maju5	30/04/2021	Aline5	28/04/2021	Joyce5	30/04/2021
Maju6	30/04/2021	Aline6	29/04/2021	Joyce6	30/04/2021
Maju7	30/04/2021				



### *Tratamento dos resultados*

As postagens e os comentários sobre cada uma das jornalistas trazem elementos de sua vida cotidiana e transitam entre trabalho, família, relação e interação com os seguidores. Portanto, não são somente as jornalistas estão presentes e são protagonistas nessas postagens, mas também as pessoas, especialmente meninas, que acompanham a vida das jornalistas. Algumas dessas postagens são fotos e vídeos enviados por seguidores que são postadas por elas. Outras são geradas nos locais de trabalhos, mas todas caminham com a mesma mensagem e demonstram a seleção de conteúdo realizada por elas.

Amparadas pela credibilidade conquistada, a enorme popularidade e o status de apresentadoras de telejornais das maiores emissoras de televisão<sup>12</sup> do país e nos quais elas detêm, há vários anos, a possibilidade de promoção e divulgação dos seus trabalhos, Maria Júlia Coutinho, Aline Midlej e Joyce Ribeiro se permitem participar de uma luta que toca diretamente o gênero e a raça à qual elas pertencem: mulheres negras. Nesse envolvimento, elas colaboram na construção de um dos pilares mais importantes de uma sociedade que se quer justa e cuja função é viabilizar e efetivar a democracia em seus mais vários âmbitos: a liberdade de expressão por meio da construção de uma opinião pública que convida ao debate.

Vários índices encontrados nas postagens ajudam nas interpretações das opiniões pessoais apresentadas no decorrer das transmissões que comandam, nas postagens e aparições nas redes sociais. Ainda, a visibilidade adquirida nas emissoras e que as segue nas redes sociais, traduzindo a forte influência que conquistaram, é notória. Isso considerando o número de seguidores nos seus respectivos perfis, sendo mais de 1,5 milhão para o perfil @majucoutinhoreal; mais de 163 mil no perfil @alinemidlej e cerca de 78,4 mil no @joyceribeirooficial.

Referente à análise do corpus da pesquisa, em todas as 19 postagens analisadas constata-se falas explícitas sobre a capacidade da mulher negra diante dos desafios da vida, a luta por mais espaço dentro do jornalismo e na sociedade; o reconhecimento

---

12 *Jornal Hoje* da TV Globo, no caso da Maju, *Jornal das 10* da Globonews, com Aline, e *Jornal da tarde* da TV Cultura, no caso da Joyce.

do atraso na corrida da vida da pessoa negra e, sobretudo, da mulher negra devido à herança de um sistema patriarcal, machista e racista e, por fim, a visão de um futuro promissor para aqueles que sofrem, hoje, resquícios de uma colonização racista.

### **Análise dos resultados: jornalistas negras na luta por reconhecimento**

Se é fato que a pessoa negra e, sobretudo, a mulher são sub-representadas no jornalismo brasileiro, é importante reconhecer que a pluralidade social, especialmente no telejornalismo, poderia contribuir para a emancipação social da população negra no Brasil e para a valorização e defesa da liberdade de expressão, garantidora da democracia e da formação da opinião pública. Ainda, mesmo diante do fato de a representação ainda estar longe de atingir um ponto ideal, é necessário destacar que, nos últimos tempos, aumentou a inserção das jornalistas negras no telejornalismo. O fato de apresentar a previsão do tempo diariamente, protagonizar reportagens especiais ou até mesmo eventualmente apresentar o jornal da bancada demonstra alguma mudança na realidade. Ainda, essas jornalistas são protagonistas de outras várias ações nas suas redes sociais para incentivar e despertar, em outras meninas, valores essenciais para a vida, mostrando que é possível conquistar um espaço na dura luta por reconhecimento no jornalismo.

O primeiro foco de atuação das três jornalistas é na luta por reconhecimento no nível social que chamamos, com Honneth (2003), de estima social. Segundo o autor, essa luta se manifesta na relação social com uma tensão moral buscando eliminar conflitos e querelas sociais. Assim, ela é entendida como luta social porque “trata-se do processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir [...], na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2003, p. 257).

Isso se materializa nas postagens realizadas pelas três jornalistas, nas quais fazem questão de promover o empoderamento feminino negro a partir da valorização da ancestralidade e de traços típicos da pessoa negra, como cabelo afro, estilo de se vestir e muito mais. Elas aproveitam o espaço que ocupam em grandes veículos para promover a ascensão da mulher negra no jornalismo, ressaltando que não se pode ficar

apenas nas discussões, que é necessário avançar nas mudanças no mercado de trabalho, diminuindo o preconceito e crescer igualmente em todos os setores, o que é um desafio.

Entendemos por empoderamento o processo pelo qual a pessoa passa a ter domínio sobre sua própria vida, condição de se atribuir poder. Tal processo é uma luta que implica realização de mudanças em busca de crescimento e fortalecimento. Segundo Berth (2019, p. 24), "Quando falamos em empoderamento, sobretudo nos dias de hoje, concluímos que estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve em grande parte ao debate acrítico sobre o tema". Por isso é importante entender como o empoderamento, sobretudo feminino, vem afetando e quais são as mudanças trazidas por essa transformação ao mercado e principalmente ao jornalismo. No que tange ao empoderamento feminino protagonizado pelas três jornalistas, ele se configura como uma

superação individual de certas opressões, mas sem romper de fato com as estruturas opressoras. Explico: é julgar que se empoderar é transcender individualmente certas barreiras, mas seguir reproduzindo lógicas de opressões com outros grupos, em vez de se pensar empoderamento como conjuntos de estratégias necessariamente antirracistas, antissexistas e anticapitalistas e as articulações políticas de dominação que essas condições representam. (BERTH, 2019, p. 35)

Nessa linha, Berth (2019) convida a distinguir o empoderamento individual do coletivo, que, segundo ela, traduzem, respetivamente, processos cognitivos em que os indivíduos se autoconferem sentidos, como domínio, controle individual e pessoal. Já o empoderamento coletivo é um processo de desenvolvimento com a coletividade, com cooperação e solidariedade, que cria uma coletividade empoderada e forma indivíduos com alto grau de recuperação da consciência social. Esse é o processo que observamos na atuação das jornalistas.

As três jornalistas se posicionam, hoje, como vanguardistas pelo

desvendamento das desigualdades que ainda prevalecem entre homens e mulheres no mercado de trabalho de jornalismo, das relações de poder, é importante registrar a percepção que as jornalistas têm das questões de gênero dentro da profissão e as experiências vividas devido a estas desigualdades. (TEMER; MORAIS, 2018, p. 14)

Assim, elas desenvolvem suas ações dependendo de um sistema que sempre enfatiza ou demonstra sua não preparação em lidar com mulheres e pessoas negras criativas, progressistas, inovadoras e revolucionárias.

Maju Coutinho, por exemplo, é vista pela juventude feminina negra como símbolo de sucesso, representatividade e reconhecimento do avanço da mulher negra no mercado jornalístico. Meninas negras se identificam com ela ou veem nela o significado de superação e pioneirismo. O projeto "O futuro" e seu objetivo já carregam essa ideia. Em uma postagem de 30 de abril, marcando o início do projeto, a jornalista apresenta as seguidoras como meninas/mulheres que marcarão o futuro do país, assim como do jornalismo. Ao prestigiar as meninas, a jornalista inscreve seu nome na luta pela estima social que a mulher negra busca.

A análise dessas ações faz lembrar que as desigualdades sociais entre homens e mulheres são remetidas às características biológicas, assim como as desigualdades entre negros e brancos, e criam diversidades, focam na cor, e não nos méritos e capacidades dos indivíduos, e a relação entre ambos decorre dessa distinção. Cada sujeito, independentemente da cor/raça ou gênero, precisa desempenhar seu papel social e ser reconhecido a partir da sua humanidade. "Nesse sentido, os estudos de gênero afirmam que não existe uma "essência feminina", nem uma "essência masculina", mas um aprendizado ao longo da vida de comportamentos socialmente esperados de uma mulher ou de um homem" (TEMER; MORAIS, 2018, p. 14).

As jornalistas, pelas postagens e ações nas suas redes sociais, demonstram estar cientes dos muitos desafios de ser mulher e mulher negra no Brasil e no mundo atual. Além de toda a pressão externa que a sociedade impõe, há ainda a cobrança interior em ser a melhor como filha, esposa, amiga, profissional e mulher negra que inspira outras gerações. No entanto elas sabem que, inicialmente, precisam olhar para dentro e equilibrar todos os setores das suas vidas para que consigam conquistar o supracitado de suas capacidades. Ser protagonistas das suas próprias histórias não é algo tão simples, e é por isso que, olhando para suas trajetórias, elas aceitaram abraçar as lutas de inúmeras mulheres negras, ser representantes delas e lutar pelo seu reconhecimento.

Aline Midlej concentra sua luta no reconhecimento da família negra. As várias postagens que compõem sua batalha como jornalista e mulher negra sempre contam com a presença do seu esposo, Rodrigo Cebrian, além da promoção do seu trabalho como jornalista e mulher negra. Durante a pandemia, foi marcante seu envolvimento com o tema, pela quantidade de posts realizados sobre o assunto, e sua tomada de posição em favor da vida. Constantemente, aparecem em seu Instagram postagens em que ela está com familiares, como na do dia 12 de fevereiro de 2021, na qual se lê:

A minha melhor história está nesta foto. Já faz alguns anos, mas nenhuma traz a nossa essência como ela. O meu melhor, também. O mais verdadeiro. Enredo iniciado há 43 anos, quando eles [seus pais] escolheram caminhar juntos e assim seguem. Meus pais, obrigada! E parabéns por mais um ano celebrado juntos. Obrigada por tanto amor, vontade e resiliência. Este post é sobre entregas incondicionais. Mas aproveitando... Que saudade desse enrosco!<sup>13</sup>

Sandra Jovchelovitch, a respeito do reconhecimento e representatividade, afirma que: “somente através da mediação de outros o ‘eu’ pode refletir sobre si mesmo e tornar-se um objeto do saber para o sujeito do saber. É necessário, entretanto, qualificar a maneira como o outro apresenta-se para o saber e para a ontologia do sujeito” (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 74). Ou seja, o outro não vive somente para ser reconhecido, ele está lá com seus projetos, como sujeito de saber e perspectivas próprias. Mas o outro também se torna sujeito de saber a partir da maneira como ele é reconhecido pelo “eu” e se torna representação do outro do outro.

Trazendo o pensamento para a atuação das jornalistas, a maneira como elas se apresentam faz delas sujeitos de representação das mulheres negras, ao mesmo tempo em que suas ações demonstram que elas não estão à espera do reconhecimento dos outros, mas têm suas perspectivas e projetos de reconhecimento próprio. Isso nos faz concordar com Jovchelovitch (1998, p. 74), quando diz que “existem muitas formas de envolvimento com o outro, e essa diversidade de formas conduz não só a diferentes concepções do próprio eu, mas também a

13 Disponível em: <https://bit.ly/3i6jt30>. Acesso em: 22 nov. 2022.

diferentes relações entre o eu e o outro”. Entendendo que, sem o reconhecimento, características como produção de sentido e seus correlatos, a identidade e a linguagem não existiriam. Por isso é necessário entender que “as representações sociais são formas de mediação que residem precisamente nos espaços que pertencem ao ‘entre’ da vida social: elas se produzem e crescem na comunicação intersubjetiva, e ao mesmo tempo são, elas próprias, um dos elementos que possibilitam a comunicação intersubjetiva” (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 71), podendo promover o aumento da atuação de mulheres negras nas redações e grandes veículos jornalísticos.

Joyce Ribeiro<sup>14</sup> segue também nessa luta e tem como grande marca o lançamento do seu último livro: *Chica da Silva: romance de uma vida*. Na obra, como em todo seu trabalho, a jornalista embarca na luta por reconhecimento da mulher negra. Protagonista da sua trajetória e inspiração para jovens gerações de meninas negras, Joyce se apresenta como uma incansável defensora da mulher na sua totalidade. Ela valoriza a família negra por meio de suas inúmeras postagens em que aparece acompanhada de membros da sua família: filhas e esposo, os traços e costumes da ancestralidade negra. De qualquer forma, entende-se pelas suas ações que, “sem a dimensão da pluralidade, que implica consciência de que o ato significativo não pode ocorrer em solidão, e que o sujeito que encontra o objeto jamais é um sujeito isolado” (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 75). Por isso há a importância de se sentir amado e viver rodeado pelos membros da sua família, reforçando a estima ou o reconhecimento por meio do amor (HONNETH, 2003).

As representações por vezes se chocam e abrem competição na esfera social, outras vezes elas se complementam e dão origem a outras representações bem mais fortes e sólidas. Isso ocorre quando elas se encontram num mesmo objetivo. É o caso das jornalistas Maju, Aline e Joyce, que buscam a mesma finalidade: lutar pelo reconhecimento da mulher negra e demonstrar que ela tem

---

14 Disponível em: <https://bit.ly/3grBw49>. Acesso em: 22 nov. 2022.

espaço no jornalismo. Certas representações podem oprimir ou dominar as outras, nesse caso, “elas expressam as lutas sociais que são típicas de tecidos sociais fraturados” (JOVCHELOVITCH, 1998, p. 77) e caminham contra a objetividade humana, que é a conquista da vida social, do espaço público, da comunicação e da intersubjetividade.

### **Considerações finais**

A luta por reconhecimento gera determinadas perspectivas em busca de dignidade, respeito e direitos. O reconhecimento é o meio pelo qual os sujeitos sociais trazem mudanças às pautas da mídia e, quando ele é liderado por quem gera esse conteúdo, a luta parece ter se fortificar. Isso pode gerar mudanças na interpretação pública de questões relacionadas a grupos socialmente excluídos ou marginalizados, como as mulheres, os negros e outros.

Analizamos neste trabalho os perfis de três jornalistas negras no Instagram, com o intuito de entender como suas ações ajudam no reconhecimento e na luta por maior diversidade e presença da mulher negra no jornalismo. Vimos que os padrões de representações de pessoas podem afetar as políticas públicas e auxiliar a sanar um problema como o racismo ou a discriminação da mulher negra na sociedade brasileira. Importante observar que, se há mais mulheres nas faculdades, por qual razão ainda temos menos mulheres nas redações e, indo um pouco mais a fundo, o que justifica a ausência de mulheres negras em grandes veículos de imprensa?

Observamos com Lévinas (2020) que a alteridade pode ser uma das chaves necessárias para abrir a porta e discutir a desigualdade entre homens e mulheres, brancos e negros, nas redações jornalísticas. Percebemos que as ideias de Honneth (2003) e de Lévinas (2020) são bem aplicáveis e proveitosas para trilhar esse caminho. As ações realizadas pelas jornalistas são sinais positivos na luta por reconhecimento e representatividade no jornalismo. “O futuro já começou”, como disse a Maju Coutinho em seu perfil, mas precisa de esforços reais para mudar a agenda social nesse assunto.

## Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2020.

BERTH, J. *Empoderamento*. São Paulo: Pólen, 2019.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H.; BUENO, S. (org.). *Atlas da violência 2021*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

FRANCO, M. L. P. B. *O que é análise de conteúdo*. Brasília, DF: Cátedra UNB, 1998.

GALDINO, M. A escassez de jornalistas negras na bancada do telejornalismo brasileiro. In: SANTOS, M.; TEMER, A. C. R. P. *Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social*. São Paulo: Casper Líbero, 2018. p. 33-54.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA. *Jornalismo brasileiro: raça e gênero de quem escreve nos principais jornais do país*. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3OvWBXA>. Acesso em: 10 ago. 2022.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul.-dez. 1997.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, S. *El trabajo de la representación*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2002.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103-133.

HALL, S. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RIO: Apicuri, 2016.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*. São Paulo: Editora 34, 2003.

JODELET, D. A alteridade como produto e processo psicossocial. *In*: ARRUDA, A. (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47-67.

JOVCHELOVITCH, S. Re(des)cobrando o outro. *In*: ARRUDA, A. (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69-82.

LÉVINAS, E. *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70, 2020.

MAIA, R. *Mídia e lutas por reconhecimento*. São Paulo: Paulus, 2018.

MARCOS, M. L. Reconhecimento e alteridade. *In*: MARCOS, M. L.; CANTINHO, M. J.; BARCELOS, P. (org.). *Emmanuel Lévinas: entre reconhecimento e hospitalidade*. Lisboa: Edições 70, 2011.

SANTOS, M. A mulher no jornalismo investigativo: pistas deixadas no Prêmio Esso. *In*: SANTOS, M.; TEMER, A. C. R. P. *Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social*. São Paulo: Cásper Líbero, 2018, p. 69-92.

TEMER, A. C. R. P.; MORAIS, A. M. Telejornalistas mulheres e as desigualdades de gênero. *In*: SANTOS, M.; TEMER, A. C. R. P. *Mulheres no jornalismo: práticas profissionais e emancipação social*. São Paulo: Cásper Líbero, 2018.

submetido em: 09 set. 2022 | aprovado em: 28 out. 2022